

DIPLOMACIA, COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

DIPLOMACY, INTERNATIONAL COOPERATION AND PUBLIC POLICIES FOR EDUCATIONAL DEVELOPMENT

Lívia Barbosa Pacheco Souza¹

Joarsem Bacar Embaló²

Janira Paulo Valentão³

Andre Nsango da Silva⁴

Piter Djata⁵

RESUMO: Este artigo busca analisar processos que envolvem diplomacia, cooperação internacional e políticas públicas a partir do momento em que ela se transforma em ferramentas que privilegiam o desenvolvimento educacional. Para tanto, parte-se de uma comparação entre as formas de cooperação no sistema internacional, sua operacionalização entre os atores estatais e o engajamento com a globalização. Objetivando assim compreender a importância da mudança do conceito de cooperação para a política pública e o desenvolvimento da educação. Analisa-se particularmente a operacionalização da cooperação nas Relações Internacionais e a diplomacia federativa enquanto fenômeno cooperacional para diplomático. Para tal, utiliza-se o método qualitativo exploratório para melhor explanação dos argumentos. Sendo que, a análise feita neste artigo tem o intuito de contribuir com as epistemologias sobre a cooperação internacional, além de colocar em práxis a relação Sul-Sul e a Norte-Sul.

Palavras-chave: Cooperação internacional. Educação. Diplomacia. Políticas Públicas. Relações Internacionais. 1113

ABSTRACT: This article seeks to analyze processes that involve diplomacy, international cooperation, and public policies from the moment they become tools that favor educational development. For that, it starts with a comparison between the forms of cooperation in the international system, its operationalization among state actors and the engagement with globalization. Thus, aiming to understand the importance of changing the concept of cooperation for public policy and the development of education. Particularly, the operationalization of cooperation in International Relations and federative diplomacy as a paradiplomatic cooperative phenomenon are analyzed. To this end, the exploratory qualitative method is used to better explain the arguments. The analysis made in this article is intended to contribute to the epistemologies on international cooperation, in addition to putting into practice the South-South and North-South relationship.

Keywords: International cooperation. Education. Diplomacy. Public policy. International relations.

¹Especialista em Educação para as Relações Étnico-Raciais pela UNIAFRO UNILAB; e discente da Licenciatura Plena em Pedagogia da UNEB. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3148-5536>.

²Graduando em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira Unilab, Formando em técnico de Enfermagem pelo centro de Educação Especializada e Desenvolvimento Social (Ceeds). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5814-6983>

³ Graduanda em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira Unilab. Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-9289-6797>.

⁴Graduando em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira Unilab. Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-8214-0042>

⁵ Graduando em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira Unilab. Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-4129-9231>.

INTRODUÇÃO

Entendemos que a cooperação, seja ela Sul-Sul ou Norte-Sul, ganham o reconhecimento de que vínculos entre atores desigualmente posicionados no sistema internacional, podem exacerbar assimetrias por meio de processos que fortalecem os mais fortes e enfraquecem os mais fracos. Principalmente quando são postos os princípios pilares das relações internacionais como soberania, autonomia, equidade, horizontalidade e etc. O primeiro ponto que devemos partir para entender o contexto do assunto é analisá-los mediante as lentes da disciplina das Relações Internacionais (RI), e entender como, tanto a cooperação e as políticas públicas se tornaram objeto da disciplina. Quem busca discernir as regras de funcionamento, na permanência e nas mudanças que se configuram na organização da ordem mundial. Sendo mais específico, tanto os assuntos sobre cooperação e políticas públicas são analisados pelas relações internacionais por possuir aspectos de análises do sistema global.

Neste sentido, o presente artigo busca dialogar sobre a comparação entre as formas de cooperação no sistema internacional e como elas formalizam a operacionalização entre os atores estatais e o engajamento com a globalização. Para assim compreender a importância da mudança do conceito de cooperação para a política pública e o desenvolvimento da educação, analisando de forma destacada as estruturas que fomentam a cooperação nas relações internacionais e a diplomacia federativa enquanto fenômeno cooperacional paradiplomático. Através do método qualitativo exploratório para melhor explanação dos argumentos.

1114

Assim, desenvolvemos uma reflexão sobre as relações internacionais, os processos que envolvem diplomacia, cooperação internacional e políticas públicas, a partir, de como elas podem ser ferramentas que privilegiam esse desenvolvimento educacional. Não desconsiderando as práxis sobre a relação Sul-Sul e a Norte-Sul, principalmente sobre os padrões históricos evidenciados, com base nas lentes teóricas da modernidade. Dessa forma podemos argumentamos em favor de uma visão não míope destes processos, possibilitando assim, reconhecer, além das nuances e a complexidade inerentes às ideias de Sul no sistema mundial, também, a histórica cumplicidade da educação do padrão de poder colonial (QUIJANO, 2005)

1.Desdobramentos entre cooperação e políticas públicas como objeto das Relações Internacionais

O primeiro ponto que devemos partir para entender o contexto do assunto é analisá-los mediante as lentes da disciplina das Relações Internacionais (RI), e entender como, tanto a cooperação e as políticas públicas se tornaram objeto da disciplina. Sendo o autor Celso Lafer

(2018) em seu livro “*Relações internacionais, política externa e diplomacia brasileira: pensamento e ação*”, nos aponta uma primeira perspectiva a ser indicada, está no conjunto de enfoques que podem ser agrupados, pelas rubricas do Sistema Internacional. (LAFER, 2018). Ou seja, são estudos que se preocupam em discernir as regras de funcionamento, na permanência e nas mudanças que se configuram em forma de organização da ordem mundial. Sendo mais específico, tanto os assuntos sobre cooperação e políticas públicas são analisados pelas relações internacionais por possuir aspectos de análises do sistema global, ele complementa ainda, apontando que:

Dentro da rubrica Sistema Internacional caberia também incluir aqueles estudos que se preocupam com os subsistemas regionais, tais como o da América Latina, da Europa Ocidental ou do Oriente Médio, que muitas vezes, tendo em vista as suas características próprias, apresentam descontinuidades em relação às normas de funcionamento do sistema internacional como um todo e, por isso mesmo, têm peculiaridades de atuação que exigem tratamento diferenciado. Entretanto, o que permite classificar estes estudos nesta rubrica é a preocupação comum que revelam com a categoria mundo, ao inserir a especificidade do regional no contexto internacional. (LAFER, 2018, p. 329)

Sendo assim, o autor coloca para uma segunda linha das RI, os estudos com uma larga tradição concentrado nos estudos da política externa de um Estado, já que esse fator é uma engrenagem importante para se entender os mecanismos entre os Estados e a política internacional como um todo. Por isso, tal linha é, evidentemente, parte da categoria da especificidade histórica da conduta do Estado como ator chave para a vida do sistema internacional, nos estudos da política externa o Estado possui diversas possíveis linhas de investigação desde os estudos factuais da história diplomática, até os de perspectiva estratégica. (LAFER, 2018, p. 331). Dentro destas perspectivas de linhas do conhecimento perpassa-se o conceito de cooperação dentro deste sistema.

Segundo Karin Koshima (2006), as epistemologias dentro do conceito de Cooperação, principalmente para o desenvolvimento, não possuem uma única definição verdadeira, por isso, aceita e adaptada a todos de forma unânime pelos atores da cooperação internacional, o que, segundo a autora, tem sido objeto de debate desde o fim da II Guerra Mundial (KOSHIMA, 2006, p. 89). Nas palavras do autor Fernandes (2004), a definição de cooperação foi-se moldando de acordo com as influências dos pensamentos e valores políticos dominantes, em consonância a própria evolução do contexto internacional, além das noções sobre o desenvolvimento, e comportamento do relacionamento entre os Estados “ricos” e os “pobres”. (FERNANDES, 2004, p. 3).

É interessante que a autora aponta que se iniciou as conferências e acordos para falar de cooperação para inibir um problema relacionado ao subdesenvolvimento e pobreza de

determinados países. Dessa forma ela menciona a “cooperação para o Desenvolvimento”, mencionado que “a Cooperação para o Desenvolvimento visa apoiar regiões, países e comunidades que têm mais dificuldades, num contexto de desequilíbrio da repartição dos recursos e oportunidades a nível mundial” (KOSHIMA, 2006, p. 89).

Já para Milani (2006), o fator “desenvolvimento” enquanto quadrante de projetos de cooperação internacional “acompanha o programa mais amplo da modernidade ocidental e da exportação de modelos de gestão das políticas públicas que se conformam, mormente na Europa Ocidental e na América do Norte”, acaba por assim dizer, assinalando a possibilidade real de que essas agências impactem as políticas públicas dos países apoiados. (MILANI, 2006, p. 126). Sobre estas afirmativas Matos (2001), justifica que, foi a partir da conferência de Bretton Woods, realizada ainda durante a Segunda Guerra Mundial, que houve propostas do governo norte-americano, para traçar os contornos da nova ordem econômica que deveria ser instituída após a vitória dos aliados, tornando assim objetivo entre os mais fortes.

Por isso, já no início da década de 90, o que deu corpo no assunto sobre cooperação e desenvolvimento foi as conferências para tratar do tema sobre o meio ambiente, isso fez com que os países considerados “Terceiro Mundo”, na época das polaridades definidas pela Conferência de Estocolmo (1972) como necessário afirmá-lo sem diminuir a urgência a ser conferida ao desenvolvimento. Tema recorrente explícito na política externa brasileira desde a Revolução de 30, debatido principalmente nos espaços das proposições da agenda diplomática, dessa forma, tal tema chega na Conferência da ONU de 1992 realizada no Rio de Janeiro cujo tema principal foi sobre o meio ambiente e desenvolvimento, dessa forma, consagrou-se, o Brasil como país sede do evento e o conceito do “desenvolvimento sustentável”. (LAFER, 2018, p. 250), Para o autor isso iniciou-se a cooperação como um caminho para os países desenvolvidos beneficiar os não desenvolvidos, já que:

[...] ao incorporar sob o signo da cooperação e não do conflito os dois temas, deu à interpretação do universal uma abrangência legitimadora, do maior interesse para os países em desenvolvimento. Nesta mesma Conferência do Rio também trabalhou-se a modulação do universal, através do jogo das exceções, legitimadoras das especificidades. Assim, o Princípio 7 da Declaração do Rio, ao afirmar o espírito de parceria global, para a conservação, proteção e restauração da saúde e da integridade do ecossistema terrestre, assevera que os estados têm “responsabilidades comuns”. Estas, porém, são “diferenciadas”, tendo em vista tanto as pressões exercidas pelas sociedades dos países desenvolvidos sobre o meio ambiente global quanto as tecnologias e recursos financeiros que controlam. (LAFER, 2018, p. 248).

Para Aiiiti Santo (2010), no artigo sobre “*Cooperação internacional: uma componente essencial das relações internacionais*”, aponta a cooperação como um fator que desencadeou e continua desencadeando muitas mudanças nas relações internacionais, mesmos com a disseminação da

industrialização e da modernidade que para alguns países foi necessária para se integrarem na sociedade globalizada. (SATO, 2010, p. 46). Isso fez com que uma das dimensões marcantes nas relações internacionais fosse a expansão da cooperação internacional, se tornando como prática institucionalizada pelos governos, que unificou as sociedades dentro deste sistema, seja elas ricas e poderosas ou pobres e de pouca expressão, demarcando nos foros internacionais, a iniciação dos governos a colocar rede de instituições voltadas para a prática, do que passou a ser denominada “cooperação internacional”. (SATO, 2010, p. 46)

A autora, aponta que desde esta classificação da expressão “cooperação internacional”, houve movimentações que se estenderam para todas as áreas, desde o comércio e as finanças até às questões de segurança, meio-ambiente, educação, saúde etc. Assim, a cooperação internacional passou a ter um sentido mais amplo, como se fosse um “trabalhar junto”, que a autora explica como “que governos e instituições não tomam decisões e iniciativas isoladas, ou seja, significa governos e instituições desenvolvendo padrões comuns e formulando programas que levam em consideração benefícios e problemas que, potencialmente, podem ser estendidos para mais de uma sociedade e até mesmo para toda a comunidade internacional. (SATO, 2010, p. 47). Em relação a estes programas que ajudou a cooperação internacional a se desenvolver, a globalização impactou tanto essa cooperação quanto às políticas públicas dentro destes aspectos, pois, nas palavras de Carlos Faria (2018), a globalização um processo multifacetado ou poliédrico, interessa-nos aqui discutir o seu impacto sobre o Estado e sobre as suas políticas públicas” (FARIA, 2018, p. 17). Nesse aspecto predomina a discordância, pois para Hay (2006, p. 587) “na atualidade, virtualmente nenhuma questão é mais contestada e mais potencialmente importante no campo das políticas públicas do que o impacto da globalização” (HAY, 2006, p. 587). Esses desacordos estão relacionados ao tipo de intensidade do impacto negativo que a globalização tem sobre os Estados e sobre as políticas públicas.

Assim, o autor Osmany Oliveira (2020), nos orienta a entender as políticas públicas, no sistema de cooperação internacional como:

No período contemporâneo, a difusão de políticas públicas está intimamente relacionada à cooperação internacional. Os países desenvolvidos, muitas vezes, por meio de projetos de cooperação para o desenvolvimento financiam diretamente a adoção de modelos nos países do Sul. Por seu turno, as organizações internacionais, como a ONU, têm estimulado a convergência de políticas públicas entre os países, por meio da promoção das já mencionadas agendas globais. O Banco Mundial é outra instituição com papel importante no financiamento de projetos para a difusão de políticas, bem como na determinação de modelos globais, por meio da classificação de “boas práticas”, e da recomendação, em seus relatórios e estudos, de instrumentos específicos para solucionar problemas relacionados ao desenvolvimento. (OLIVEIRA, 2020, p. 47).

Políticas públicas no sistema de cooperação internacional para o autor, se trata de adoção, desenvolvimento e de soluções para problemas públicos, que além disso, é uma forma dos países desenvolvidos pagarem aos países o que foi explorado por eles no período colonial. (OLIVEIRA, 2020). Além disso, o autor também critica as inconformidades geradas na criação destas políticas, já que, em diversos casos é que as políticas são pensadas, são através de funcionários com experiência de trabalho nos países do Norte-global e com formação em instituições de prestígio destes locais, que reproduzem lógicas e dinâmicas das políticas públicas e do governo, distintas da realidade dos países do Sul. (OLIVEIRA, 2020, p.48).

2. A operacionalização da cooperação nas Relações Internacionais e a diplomacia federativa enquanto fenômeno cooperacional para diplomático

Como podemos entender como a cooperação opera nas relações internacionais na prática? Para Sato (2010), elas operaram através do plano político, pois, “tanto as questões da *low politics* quanto os temas associados à *high politics* apresentam elementos favoráveis que convivem com fatores desfavoráveis à cooperação, porém, obviamente, os temas da *low politics* são, por natureza, mais acessíveis e mais condizentes com a construção de programas de cooperação internacional”. (SANTO, 2010, p. 47). Em relação aos planos das agendas internacionais, sendo o *low politics* e o *high politics*, que fazem a eficácia da cooperação para o sistema internacional a autora as definem como:

Ao longo de cerca de quatro décadas, durante o período da guerra fria, as análises mencionavam com frequência a existência de uma agenda internacional dividida em dois planos – o da *high politics* e o da *low politics*. Enquanto a *high politics* referia-se às questões associadas diretamente à segurança estratégica, a expressão *low politics* era empregada para designar as demais questões como comércio e desenvolvimento, educação e outros temas que não se associavam diretamente às preocupações com a segurança estratégica dos países, em especial das grandes potências. (SANTO, 2010, p. 47).

Ou seja, a cooperação operacionaliza no sistema internacional através do enquadramento do “*high politics*”, que está voltado às questões associadas diretamente à segurança estratégica, a expressão, ou seja, as operações de paz, pacificação, armamentos, alianças armamentistas etc. E também através do *low politics*, que designa as demais questões como comércio, desenvolvimento, educação, meio ambiente e a outros temas que não se relacionam com as preocupações de segurança estratégica dos países, principalmente das grandes potências. (SANTO, 2010, p. 48).

Porém, tais termos e sistemas foi se esvaindo com as mudanças nas relações internacionais, que a autora explica, que “no entanto, fizeram com que essa forma de

hierarquizar a agenda internacional fosse gradativamente perdendo sentido. Com efeito, desde a década de 1980, quando a guerra fria chegava ao fim, essas expressões praticamente deixaram de se fazer presentes nos textos de análise das relações internacionais. (SANTO, 2010, p. 49). Segundo Weyland (2005), as políticas públicas são formas cooperativas para operacionalização da cooperação, pois, a difusão de políticas públicas pode ser definida como a adoção de uma mesma inovação em diferentes ambientes e formas de cooperação, ou seja, isso naturalmente, abarca tanto processos internacionais de propagação como intraestatais ou subnacionais. (WEYLAND, 2005). Para o autor Oliveira (2020), uma outra forma de funcionamento da cooperação nas relações internacionais é a *cooperação técnica internacional*, porque, ela pode envolver, distintos atores (Estados), como: ministérios, agências do governo, organizações da sociedade civil, empresas, etc. (OLIVEIRA, 2020, p. 28)

Sobre esse formato de cooperação, Milani (2017), afirma que iniciou-se no Brasil ainda nos anos 1930, porém, por muitos anos esteve restrita a projetos estabelecidos com os países desenvolvidos (MILANI, 2017). Que o autor reitera que “neste percurso de mais de 80 anos de cooperação internacional, apenas mais recentemente o Brasil saiu da posição de destinatário da assistência técnica internacional, passando a promover e difundir suas experiências e conhecimentos para outros países, que no período recente, o Brasil se aproximou sobretudo da América Latina e da África Subsaariana, promovendo a cooperação Sul-Sul”. (MILANI, 2017; OLIVEIRA, 2020, p. 28).

1119

Em seguida o autor descreve de forma curta a trajetória brasileira na cooperação internacional, sendo esta marcada por algumas importantes conquistas como a criação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), datado em 1987, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, foi um dos marcos cruciais, que permitiu a centralização dos projetos de cooperação técnica em um único órgão. (OLIVEIRA, 2020, p. 28). Nesse sentido é importante destacar que as cooperações entre Sul-Sul, assim como a Norte-Sul, contam com distintas possibilidades de arranjos, explicadas sob os tipos de cooperação nessa dinâmica: a bilateral (entre países), trilaterais (quando incluem um organismo internacional ou doador tradicional) e em blocos regionais ou inter-regionais (como é o caso do Mercosul ou dos países da CPLP). (POMEROY & SUYAMA, 2019, p. 55).

Em relação a cooperação brasileira o autor menciona que: “a cooperação Sul-Sul, têm direcionado parte de seus projetos para difundir conhecimentos técnicos sobre as políticas desenvolvidas no país para outros países, na área da saúde, assistência social, agricultura, educação e outras”, (OLIVEIRA, 2020, p. 28), ainda ressalta que entre os instrumentos de ação

pública que se difundem para outros países estão os componentes do Programa Bolsa Família, os programas de Segurança Alimentar e Nutricional e os Bancos de Leite e outros, sobre este último ponto ele ressalta que:

A despeito dos avanços na cooperação Sul-Sul brasileira, ainda existem desafios a serem enfrentados para a construção desses processos como um movimento de intercâmbio e aprendizado mútuo entre países, que coloque em prática a colaboração intersetorial e amplie a participação social na formulação e implementação dos projetos. É importante, neste sentido, que a cooperação não seja reservada apenas para projetos setoriais, governamentais e de duração limitada, por um lado, e que os projetos sejam construídos em diálogo com os diferentes atores da sociedade civil, por outro. (OLIVEIRA, 2020, p. 32).

O autor menciona ainda que é importante que a cooperação não seja reservada apenas para projetos governamentais por terem duração limitada, por um lado, e que os projetos sejam construídos em diálogo com os diferentes atores da sociedade civil. (OLIVEIRA, 2020). Partindo destes pressupostos para Gilberto Rodrigues (2019), em seu artigo “*Diplomacia federativa: Cooperação Internacional e Políticas Públicas de Desenvolvimento Local*”, a diplomacia federativa é o melhor caminho para os desenvolvimentos dos países que estão nas alianças de cooperação, seja ela Sul-Sul ou Norte-Sul, já que:

A diplomacia federativa, enquanto prática intergovernamental no país, é uma criação da política e da diplomacia da Federação Brasileira. O conjunto de ações do Itamaraty para lidar com as relações internacionais subnacionais, desde o discurso do chanceler Luis Felipe Lampreia no Congresso, em 1995, que lança o conceito – a princípio como reação às práticas estaduais, municipais e de suas redes – com o tempo consolidou-se em torno da agenda brasileira de cooperação internacional em suas variadas formas. Seu surgimento e sua existência se inserem no processo histórico mais recente da afirmação progressiva do poder local como ator internacional. (RODRIGUES, 2019, p. 19)

1120

O autor ainda destaca que nas “relações internacionais contemporâneas, as ações subnacionais se nutrem do regionalismo, da descentralização democrática, do princípio da subsidiariedade e do vasto mundo das intrincadas sendas abertas e aprofundadas pela globalização”. (RODRIGUES, 2019, p. 19). Por isso, nesse contexto, as influências da temática ambiental, também tem desenvolvido o alargamento da globalização, promovendo a relação direta entre o global o local, sendo a diplomacia federativa parte deste processo. Pode se dizer, que graças a estes fatores muitos países têm alargado suas políticas públicas para o desenvolvimento e melhorias dos setores domésticos.

3. Entre desafios e esperança: a cooperação internacional para o desenvolvimento da educação

Apesar de muitos cientistas políticos e sociais verem os acordos de cooperação internacional como uma alternativa positiva para o desenvolvimento dos países considerados não desenvolvidos, é necessário analisar também o outro lado da moeda, como ressaltam os

autores Carlos R. S. Milani, Bianca Suyama e Luara L. Lopes (2013) no artigo “*Políticas de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento no Norte e no Sul: que lições e desafios para o Brasil?*”, eles afirmam que “desde os anos 1960, o Brasil participou de programas de cooperação para o desenvolvimento em outros países de renda média e em países de renda baixa; no entanto, desde os anos 2000 seu papel tem se tornado mais denso do ponto de vista quantitativo e qualitativo”. (MILANI, et al, 2013, p. 5). E no debate sobre as agendas de política externa no Brasil, mais particularmente no que diz respeito ao sistema da cooperação internacional para desenvolvimento (CID), os autores apontam que:

Os países desenvolvidos construíram suas políticas de cooperação no bojo da Guerra Fria e do processo de descolonização. Alguns dos Estados-membros do CAD/OCDE foram potências coloniais, outros são grandes potências mundiais. Os aspectos geopolíticos e interesses econômicos influenciaram desde o começo a definição das prioridades em matéria de “ajuda externa”. Isso ficou claro no caso dos EUA, mas também no de muitos países europeus. A Alemanha, por exemplo, construiu sua política de cooperação entre 1952 e 1972 com base no tripé diplomacia, comércio e desenvolvimento. Decidiu criar seu ministério de desenvolvimento em 1961, sob a iniciativa de Konrad Adenauer. (MILANI, et al, 2013, p. 29)

Já nos anos 1990, como os autores comentam, só depois da queda do muro de Berlim os sistemas da CID encontravam-se fortemente institucionalizados e sua agenda de desenvolvimento foi inicialmente beneficiada pelos “dividendos da paz”. Ou seja, a CID assim, criou expectativas quanto ao papel das Nações Unidas e à expansão da democracia liberal, associadas às promessas de aumento da globalização e à internacionalização dos mercados, isso significa que iriam produzir novos consensos, entre os países ocidentais. (MILANI, et al, 2013). Pois, “a chamada “ajuda externa” deveria ser condicionada à implementação de reformas de “boa governança”, à promoção da democracia liberal e ao respeito das normas de direitos humanos, destacando três temas principais, para o centro das atenções do CAD/OCDE e das Nações Unidas, estando em primeiro lugar, o PNUD do indicador do desenvolvimento humano (IDH) como o novo parâmetro integrador das dimensões da saúde e da educação com a lógica do crescimento. (MILANI, et al, 2013, p.31). Este último ponto irá conduzir nosso debate adiante, já que o fator desenvolvimento e globalização influencia na cooperação em prol da educação., partindo deste por Medeiros (2011) afirma:

[...] devido à criação de novas tecnologias e redução das barreiras, ocorreu a simplificação da troca de informações, mercadorias e de pessoas. No entanto, apesar dessas prerrogativas, nos defrontamos, no decorrer dos últimos 500 anos, com uma agregação contínua da economia mundial em proveito das classes dominantes, com o contínuo crescimento e da acumulação de capital, por meio das diferenças sociais e regionais de renda e do abuso de diversos países. (MEDEIROS, 2011, p. 36)

Ou seja, o autor destaca o contexto histórico que os modos imperialistas e colonialistas constituíram as principais causas inibidoras do desenvolvimento dos países periféricos e semiperiféricos. Como menciona as autoras Angela Westphal e Maria Gisi (2019) em “*A educação superior no contexto da cooperação acadêmica internacional*”, ou seja, que são classificados também como pobres ou não desenvolvidos, isso desencadeou e provocou a dependência política, econômica, financeira e tecnológica, e que impossibilitou o desenvolvimento desses países. (WESTPHAL & GISI, 2019). Em consonância com esta ideia os autores Silva, Carneirov e Koch (2007), afirma que a “globalização constitui é o estágio máximo da internacionalização, pois, tem como objetivos a uniformização dos centros urbanos, a expansão das corporações além dos seus núcleos geopolíticos, a inovação tecnológica nas comunicações e tecnologia, a reestruturação geopolítica do mundo, tanto nos blocos comerciais, a correlação econômica, política, social e cultural, em nível global”. (CARNEIROV & KOCH, 2007, p. 130; WESTPHAL & GISI, 2019). O que Milani, et al, (2013), explica que:

Em um mundo globalizado, os países se depararam com a necessidade de tomar algumas iniciativas, como firmar mais acordos com instituições internacionais de ensino e de pesquisa, receber professores e pesquisadores visitantes e reformular currículos dos cursos englobando disciplinas ministradas por professores internacionais em inglês, para poder concorrer nesse novo mercado acadêmico e tecnológico. (MILANI, et al, 2013, p.31)

1122

Dessa forma, analisamos o outro lado da moeda, já que tanto a cooperação para o desenvolvimento quanto a globalização, possibilitaram ajustes e investimento nos setores educacionais. Conseqüentemente, tais atos, abriram caminhos que foram necessários para promover a diminuição das barreiras intelectuais. (WESTPHAL & GISI, 2019), além de: motivar a interação acadêmica e de pesquisa entre os países, aumento da abrangência da cooperação internacional abarcando a educação como um todo, desenvolvimento do econômico e social que tem por objetivo proporcionar desenvolvimento nas nações. (MILANI, et al, 2013, p.38). Fatores que na visão de Friedman (2009), dialogam com outros como a: na interseção de fronteiras de pessoas que é a mobilidade humana elemento, que se tornou essencial para a economia global devido à procura dos países por empresas e mão de obra especializada no intuito de melhorar seus serviços e conseqüentemente sua competitividade. (FRIEDMAN, 2009, p.21)

Por isso, os autores Rizvi e Lingard (2010) afirmam que, ao longo das últimas décadas, os sistemas educacionais em todo mundo sofreram mudanças significativas. Sendo que tais mudanças desencadeiam mecanismos que buscam interpretar e responder ao atual campo de mudanças no contexto econômico, social e político dentro do qual a educação está inserida. Por isso, podemos afirmar que as políticas educacionais têm sido profundamente afetadas por estas

transformações, processo em que os governos nacionais têm buscado “realinhar” suas prioridades educacionais ao que eles consideram serem os imperativos da globalização. (RIZVI & LINGARD, 2010)

Quando a educação se tornou algo que poderia ser encaixado nos moldes da globalização, ela passou a despertar interesse não só das universidades ou dos governos locais, mas também de novos atores nacionais e internacionais que passaram a ter grande influência no processo de elaboração e implementação de políticas públicas. (LEUZE, MARTENS & RUSCONI, 2007). Ou seja, isso fez com o papel da educação como responsabilidade do Estado seja cada vez mais questionado, que neste caso, segundo os autores, as políticas globais, se tornaram em políticas nacionais, e os interesses dos capitalistas são transformados em políticas estatais nacionais. (LEUZE, MARTENS & RUSCONI, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de nos posicionarmos em favor de uma visão não míope, de que os fatores diplomacia, cooperação internacional e políticas públicas, de uma certa forma atingem também de forma negativa o Sul-global, tentamos assim achar mecanismos que mostrem eles como ferramentas que privilegiam o desenvolvimento educacional. Já que o fator “desenvolvimento” enquanto quadrante de projetos de cooperação internacional “acompanha o programa mais amplo da modernidade ocidental e da exportação de modelos de gestão das políticas públicas que se conformam, mormente na Europa Ocidental e na América do Norte”, acaba por assim dizer, assinalando a possibilidade real de que essas agências impactem as políticas públicas dos países apoiados (MILANI, 2006).

1123

Ou seja, o autor destaca o contexto histórico que os modos imperialistas e colonialistas constituíram as principais causas inibidoras do desenvolvimento dos países periféricos e semiperiféricos. Sendo que são classificados também como pobres ou não desenvolvidos, isso desencadeou e provocou a dependência política, econômica, financeira e tecnológica, o que impossibilitou o desenvolvimento desses países. Nesse sentido a globalização é a responsável por constitui é o estágio máximo da internacionalização, por operacionalizar a uniformização dos centros urbanos, a expansão das corporações além dos seus núcleos geopolíticos, a inovação tecnológica nas comunicações e tecnologia, a reestruturação geopolítica do mundo, tanto nos blocos comerciais, a correlação econômica, política, social e cultural, em nível global.

Assim, concluímos que estes fatos nos levam a oportunidade de questionarmos os padrões evidenciados nas relações internacionais, entre atores, que atravessam a diplomacia, cooperação

e a própria política internacional. (sobretudo na ponte entre o Brasil e a África). E de fato, isso não deixou de suscitar assim a reconfiguração de estruturas de poder, de saber e ser, em direção oposta à busca por consensos. Um ponto positivo, que nestes paradigmas, a produção do conhecimento podem oferecer aos sujeitos, espaços para a produção de saberes emancipatórios e configura-se como um ambiente repleto de experiências epistêmicas multifacetadas, que contempla, inclusive, tensões e contradições capazes de suscitar em seus estudantes e egressos a afirmação de uma individualidade subjetiva e de uma identidade própria, que lhes possibilitem visualizar seus fatores situacionais e enxergar-se como o próprio centro de referências. (MEDEIROS, 2011)

REFERÊNCIAS

CARNEIROV, Diego Baumgarten; KOCH, Carlos Francisco Coelho. **Globalização**. Comunidade ADM. Porto Alegre, RS, 24 de novembro de 2007.

FARIA, Carlos Aurélio. **Pimenta de Políticas públicas e relações internacionais**. – Brasília: Enap, 2018. 104 p.

FRIEDMAN, Thomas Loren. **O mundo é plano** - uma breve história do século XXI. 3. ed. São Paulo: Objetiva, 2009.

FERNANDES, Ana Paula. **Cooperação e Desenvolvimento**. Ficha Formativa n.2. Instituto Marquês de Valle Flor, fev. 2004.

KOSHIMA, Karin Satsuki Lima. **Cooperação internacional e políticas públicas**: a influência do POMMAR / USAID na agenda pública brasileira de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. Orientador: Prof.º Dr. Carlos Roberto Sanchez Milani- Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração, 2006.

LAFER, Celso. **Relações internacionais, política externa e diplomacia brasileira**: pensamento e ação– Brasília : FUNAG, 2018

LEUZE, Kathrin; MARTENS, Kerstin; RUSCONI, Alessandra. **New arenas of education governance** – the impact of international organizations and markets on education policy making. In: MARTENS, Kerstin; RUSCONI, Alessandra; LEUZE, Kathrin (Ed.). **New arenas of education governance: the impact of international organizations and markets**. 1. ed. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

MATTOS, Ruben Araújo de. **As agências internacionais e as políticas de saúde nos anos 90**: um panorama geral da oferta de idéias. *Ciência, saúde coletiva*. [online]. 2001, Vol. 6, n.2 , p.377-389.

MEDEIROS, Ana Rosa de Brito. **A cooperação internacional como fomentadora do desenvolvimento**. *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, RS, XIV, n. 89, jun. 2011.

MILANI, Carlos R. S. Mitos construídos acerca da "participação" no âmbito da cooperação internacional para o desenvolvimento: um olhar a partir da experiência brasileira recente. In:

CARRIZO, Luis e GALLICCHIO, Enrique. **Desarrollo Local y Gobernanza, Enfoques Transdisciplinarios**. Montevidéo: CLAEH/UNESCO/Cooperación Andino de Fomento, 2006, pp. 125-135.

MILANI, C. R. S. **ABC 30 Anos: História e Desafios Futuros**. [s.l.] Agência Brasileira de Cooperação, 2017.

MILANI, Carlos R. S., SUYAMA, Bianca, LOPES, Luara L. **Políticas de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento no Norte e no Sul: que lições e desafios para o Brasil?**-Friedrich Ebert Stiftung Brasil, 2013.

HAY, Colin. **Globalization and public policy**. In: Moran, M.; Rein, M.; Goodin, R.E. (Eds.). *The Oxford Handbook of Public Policy*. Oxford: OUP, p. 587-604, 2006.

OLIVEIRA, Osmany. **Porto de Difusão de políticas e cooperação para o desenvolvimento: elementos norteadores para a implementação de projetos de transferência de políticas públicas por meio da cooperação internacional** – São José do Rio Preto, SP: Balão Editorial, 2020.

POMEROY, Melissa, SUYAMA, Bianca. **Difusão de políticas de proteção social e segurança alimentar: Questões emergentes da cooperação Sul-Sul brasileira para o desenvolvimento**. Porto de Oliveira, Osmany; Leite, Cristiane Kerches da Silva; Monteiro, Sergio; Osorio Gonnet, Cecilia. **Difusão de Políticas na América Latina: da importação à exportação**. Anais do Seminário Internacional sobre Difusão de Políticas. São Paulo: Ed. Hucitec.2019.

ROMÃO, José Eustáquio. **Globalização e reforma educacional no Brasil (1985 – 2005)**. Revista Iberoamericana de Educación, n. 48, p. 111-127, 2008.

1125

RIZVI, Fazal; LINGARD, Bob. **Globalizing education policy**. 1. ed. New York: Routledge, 2010.

RODRIGUES, Gilberto M. A. **Diplomacia federativa: Cooperação Internacional e Políticas Públicas de Desenvolvimento Local**. I Seminário Diplomacia Federativa/ Mestrado em Ciência Política / UNIEURO, Brasília, DF, 26.06.2019

SATO, Eiiti. **Cooperação internacional: uma componente essencial das relações internacionais**. RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde. Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.46-57, mar., 2010.

WEYLAND, Kurt. **Theories of policy diffusion: lessons from Latin American pension reform**. *World Politics*, v. 57, p. 262-295, 2005.

WESTPHAL, Angela Mara Sugamoto; GISI, Maria Lourdes. **A educação superior no contexto da cooperação acadêmica internacional**. INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 20, n. 2, p. 369-382, abr./jun. 2019